



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001794-34.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Samuel Marinho de Sousa**
 Impetrado: **Diretor(a) Técnico(a) da Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Samuel Marinho de Sousa impetra mandado de segurança contra o Diretor Técnico da Circunscrição Regional de Trânsito de São Carlos, objetivando a desconstituição do ato administrativo negou-lhe a CNH definitiva em razão de ele ter cometido, no curso da permissão para dirigir, infração de natureza grave. Sustenta que não praticou tal infração, e sim terceiro, tendo inclusive efetivado a indicação regular do condutor nos termos do art. 257, § 7º do CTB.

Liminar negada, fls. 21/22.

Informações às fls. 34/36.

É o relatório. Decido.

Ao impetrante foi imputada a prática de infração de trânsito no período da permissão para dirigir e, por tal razão, negada a concessão da habilitação definitiva, nos termos do art. 148, §§ 3º e 4º do CTB.

Sustenta o impetrante que não praticou a infração, e sim terceiro, e que teria efetivado a regular indicação do condutor nos termos do art. 257, § 7º do CTB, fato que teria sido ignorado pela autoridade impetrada.

Sem razão, porém, porque, ao contrário do alegado na inicial, a indicação do condutor foi irregular e, por isso mesmo, recusada (e não ignorada simplesmente) pela autoridade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

impetrada.

Segundo o art. 257, §§ 7º e 8º do CTB:

§ 7º Não sendo imediata a identificação do infrator, o proprietário do veículo terá quinze dias de prazo, após a notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o CONTRAN, ao fim do qual, não o fazendo, será considerado responsável pela infração.

§ 8º Após o prazo previsto no parágrafo anterior, não havendo identificação do infrator e sendo o veículo de propriedade de pessoa jurídica, será lavrada nova multa ao proprietário do veículo, mantida a originada pela infração, cujo valor é o da multa multiplicada pelo número de infrações iguais cometidas no período de doze meses.

A lei prevê, portanto, a necessidade de que a identificação do infrator obedeça a uma determinada forma, disciplinada pelo Contran.

No caso, as regras estão contidas na Res. Contran nº 404/2012. Entre elas, está a de que seja encaminhada cópia da CNH do condutor do veículo.

Tal cópia o impetrante não remeteu, no caso concreto, conforme fls. 52/54.

Saliente-se que, atendendo ao disposto no art. 4º, IX da Res. 404, constou às fls. 53 o aviso de que "a indicação do condutor infrator somente será acatada e produzirá efeitos legais se o formulário de identificação do condutor estiver corretamente preenchido, sem rasuras, com assinaturas originais do condutor e do proprietário do veículo e acompanhado de cópia reprográfica legível dos documentos relacionados no inciso anterior".

E, segundo o art. 5º da Res. mencionada, "não havendo a identificação do condutor infrator até o término do prazo fixado na Notificação da Autuação ou se a identificação for feita em desacordo com o estabelecido no artigo anterior, o proprietário do veículo será considerado responsável pela infração cometida"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sendo assim, tendo em vista que não cometeu a autoridade impetrada qualquer violação à lei, nem abuso de poder por qualquer de suas modalidades, é de rigor o desacolhimento do mandado de segurança, porque a indicação do condutor, operada pelo impetrante, não produziu efeitos.

Há precedente do TJSP no mesmo sentido, com a única diferença - irrelevante - de que, lá, a cópia não encaminhada dizia respeito ao proprietário, e, aqui, diz respeito ao condutor indicado:

APELAÇÃO. Impetrante que foi impedida de renovar sua carteira de habilitação em virtude de ter praticado infração de trânsito durante o período em que estava suspensa. Indicação do condutor / infrator, que não foi admitida pelo DER, em virtude de ausência de cópia do documento de identidade do proprietário do veículo. Resolução nº404/12 do CONTRAN. Exigência. Impetrante que não comprovou o envio do documento. Presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos. Direito líquido e certo não evidenciado. Sentença reformada. Reexame necessário e recurso do DETRAN providos. (TJSP, Paulo Galizia, 10ª Câmara de Direito Público, 23/11/2015)

Ante o exposto, DENEGO o *mandamus*.

Sem honorários, no writ.

P.I.

São Carlos, 21 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**